

06/10/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
878.939 DISTRITO FEDERAL**

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S)	: EDÉSIO SALES DIAS E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: ELIZABETH DE CARVALHO SIMPLÍCIO E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S)	: ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO
REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO.
ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. SOLDADO. VALOR.
VENCIMENTO BÁSICO DE REFERÊNCIA – VBR. LEI Nº 11.216/1995
DO ESTADO DE PERNAMBUCO. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO
GERAL REJEITADA PELO PLENÁRIO DO STF NO ARE 694.450.
OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES.
IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
DESPROVIDOS.**

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 6 de outubro de 2015.

LUIZ FUX – Relator

Documento assinado digitalmente

06/10/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
878.939 DISTRITO FEDERAL**

RELATOR : **MIN. LUIZ FUX**
EMBTE.(S) : **EDÉSIO SALES DIAS E OUTRO(A/S)**
ADV.(A/S) : **ELIZABETH DE CARVALHO SIMPLÍCIO E
OUTRO(A/S)**
EMBDO.(A/S) : **ESTADO DE PERNAMBUCO**
PROC.(A/S)(ES) : **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE
PERNAMBUCO**

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de embargos de declaração opostos por EDÉSIO SALES DIAS e Outros contra acórdão que possui a seguinte ementa:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. SOLDOS. VALOR. VENCIMENTO BÁSICO DE REFERÊNCIA – VBR. LEI Nº 11.216/1995 DO ESTADO DE PERNAMBUCO. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL REJEITADA PELO PLENÁRIO DO STF NO ARE 694.450. CONTROVÉRSIA DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.”

Inconformados com a decisão supra, os embargantes interpõem o presente recurso, alegando, em síntese:

“3.2. Ocorre que o acórdão é omissão em relação:

3.2.1. Ao Devido Processo Legal (artigo 5º LIV e LV da CF);

3.2.2. À Ampla Defesa e o Contraditório (artigo 5º, inciso LV da CF);

3.2.3. Ao Princípio da Máxima Efetividade (artigo 5º, XXXV,

ARE 878939 AGR-ED / DF

da CF);

3.2.4. *Ao Princípio da Legalidade, Artigo 37, caput, da Constituição Federal;*

3.2.5. *Ao Princípio da Irredutibilidade de Vencimentos, artigo 37, XV, da Constituição Federal.*

3.2.6. *À súmula 106 do STJ que diz que, proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência;*

3.2.7. *À norma contida no artigo 219, do Código de Processo Civil, alude à citação válida como causa interruptiva da prescrição;*

3.2.8. *Ao entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça (Súmula 85), tratando-se de prestações de trato sucessivo, prescrevem as parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu a propositura da ação, e não o próprio fundo de direito;*

3.2.9. *A não incidência da prescrição e os precedentes judiciais;*

3.2.10. *A não vinculação ao salário mínimo – correta interpretação do artigo 7º, IV, da Carta Magna;*

3.2.11. *Às corretas aplicação das Súmulas Vinculantes 04, 15 e 16 do Supremo Tribunal Federal;*

3.2.12. *Ao Direito Adquirido, artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal;*

3.2.13. *Ao Princípio da Legalidade, Artigo 37, caput, da Constituição Federal;*

3.2.14. *Ao Princípio da Irredutibilidade de Vencimentos, artigo 37, XV, da Constituição Federal.” (Fl. 2 do doc. 11).*

É o relatório.

06/10/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO
878.939 DISTRITO FEDERAL**

V O T O

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Não merecem acolhida as pretensões dos embargantes.

O acórdão hostilizado, ao contrário do alegado pelos embargantes, enfrentou os argumentos trazidos nas razões do agravo regimental, ao demonstrar que o valor do soldo dos militares do Estado de Pernambuco, ante a fixação do Vencimento Básico de Referência – VBR instituído pela Lei nº 11.216/1995, devido à sua natureza infraconstitucional, não revela repercussão geral apta a tornar o apelo extremo admissível.

Ressalto que os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou omissão, consoante dispõe o artigo 535 do CPC. No caso concreto, não se constata nenhuma das hipóteses ensejadoras dos embargos de declaração, eis que a decisão embargada apreciou as questões suscitadas no recurso extraordinário, em perfeita consonância com jurisprudência pertinente, por isso não há se cogitar do cabimento da oposição destes embargos declaratórios.

Assevere-se, por fim, que os restritos limites dos embargos de declaração não permitem rejugamento da causa. Ademais, o efeito modificativo pretendido somente é possível em casos excepcionais e uma vez comprovada a obscuridade, contradição ou omissão do julgado, o que não se aplica ao caso *sub examine* pelas razões acima delineadas.

Nesse sentido, confirmam-se, à guisa de exemplo, os seguintes julgados da Suprema Corte, *verbis*:

“EMBARGOS DECLARATÓRIOS INEXISTÊNCIA DE

ARE 878939 AGR-ED / DF

VÍCIO DESPROVIMENTO. Uma vez voltados os embargos declaratórios ao simples rejugamento de certa matéria e inexistente no acórdão proferido qualquer dos vícios que os respaldam omissão, contradição e obscuridade , impõe-se o desprovemento.” (AI 799.509-AgR-ED, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJe de 8/9/2011).

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INOCORRÊNCIA DE CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

- Os embargos de declaração destinam-se , precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no acórdão proferido pelo Tribunal. A inocorrência dos pressupostos de embargabilidade, a que se refere o art. 535 do CPC, autoriza a rejeição dos embargos de declaração, por incabíveis.” (RE 591.260-AgR-ED, Rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJe de 9/9/2011).

Ex positis, DESPROVEJO os embargos de declaração.

É como voto.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 878.939

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. LUIZ FUX

EMBTE.(S) : EDÉSIO SALES DIAS E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) : ELIZABETH DE CARVALHO SIMPLÍCIO E OUTRO(A/S)

EMBDO.(A/S) : ESTADO DE PERNAMBUCO

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Decisão: A Turma rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 6.10.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma